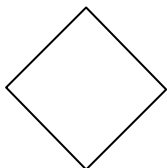


Problemas de psicolinguística genética: a compreensão da metáfora por estu- dantes portugueses*



Eduardo Fonseca **

O estudo empírico da compreensão da metáfora por crianças, já iniciado há mais de 40 anos (Asch & Nerlove, 1960), tem-se revelado, ao longo de todo este tempo, de uma enorme dificuldade e complexidade. Deparamos, pelo menos, com quatro tipos de problemas maiores: o que é uma metáfora?, o que é compreender uma metáfora?, que conhecimentos do Mundo são necessários para compreender a metáfora?, que conhecimentos das palavras são necessários para compreender a metáfora?, questões que analisaremos de seguida.

O que é a metáfora?

O fenómeno metafórico é, no Ocidente, estudado há uns 25 séculos.¹ Mas isso não significa que seja um fenómeno de que saibamos rigorosamente todos os contornos. Se a bibliografia internacional sobre metáfora tem existido sempre com regularidade,² isso só mostra quão pouco ainda sabemos dela e quanto falta ainda esclarecer. Uma das grandes dificuldades que o seu estudo levanta é o facto de ser um fenómeno muito vasto e não ter ainda sido possível abarcá-lo em toda a sua amplitude. Por isso diversíssimas polémicas e controvérsias acerca da

* Conferência proferida na ESEL em 3 de Maio de 2000.

** Professor coordenador da ESEL, doutorado em Educação – Metodologia do Ensino do Português.

¹ Segundo J. Molino *et alii* (1979b, p. 8), terá sido Isócrates (436-338 A. C.), no *Evágoras*, o primeiro a utilizar o termo *metáfora* de acordo com os documentos da Antiguidade que chegaram até nós.

² Warren Shibles (1971) mostra quanto esse interesse tem sido persistente durante todo este tempo, em especial nos dois últimos séculos.

metáfora assentam sobre o facto de se estar a utilizar a designação *metáfora* para falar de fenómenos que, por vezes, são muito distantes e, em certos casos, até quase não relacionados.

Aristóteles

É forçoso começar, em qualquer estudo sobre a metáfora, por Aristóteles, como diz Andrew Ortony: “any serious study of metaphor is almost obliged to start with the works of Aristotle” (Ortony, A., 1979, p. 3). Aristóteles foi o primeiro autor a apresentar uma teoria da metáfora, apesar do pouquíssimo, em número de palavras, que sobre ela escreveu, que foi aceite no seu tempo, e que praticamente funcionou como a teoria da metáfora quase até aos nossos dias. Mesmo hoje, a sua influência é poderosíssima.

A definição aristotélica de metáfora, na *Poética*, é a seguinte: “a metáfora consiste no transportar para uma coisa o nome de outra, ou do género para a espécie, ou da espécie para o género, ou da espécie de uma para a espécie de outra, ou por analogia” (Aristóteles, *Poética*, 1986, XXI, 128, p. 134).

Se tomarmos esta definição como a instrução para produzir uma metáfora, poderemos não produzir necessariamente uma metáfora. Pierre Rodrigo (1988, p. 77) chega mesmo a afirmar que diversos autores, que cita, vêem nesta definição da metáfora uma outra metáfora ou até mesmo uma tautologia. Paul Gordon (1990, p. 89-90) vê nela um enigma. Michel Gilot arrisca, mesmo, dizer que “le comique privilégie des effets de déplacement comparables et, lui aussi, il fait brusquement apparaître et proliférer *du sens*” (Gilot, M., 1988, p. 304).

Portanto, para Aristóteles, a metáfora é um fenómeno que:

a) diz respeito à denominação: transporta-se para um objecto o nome que é doutro;

b) é próprio da palavra: está em causa um nome, não toda a frase ou o texto. Note-se que quando Aristóteles fala em *nome* não quer significar apenas *substantivo* ou o *substantivo* e o *adjectivo*. Esta terminologia é-lhe posterior;

c) tem como base a semelhança. Se não existir semelhança entre as duas entidades referidas na metáfora, não se fundará uma relação metafórica entre os dois termos. Na teoria de Aristóteles, a semelhança surge como a razão necessária para que haja metáfora. Todavia, Aristóteles não esclarece a natureza e os limites dessa semelhança. Em *uma macieira é uma árvore* há o transporte, por semelhança, do nome *macieira* (espécie) para *árvore* (género) sem que tenhamos metáfora. Mas uma coisa fica clara a partir dos exemplos de metáforas proporcionais (aquelas em que há uma proporção) que Aristóteles dá e a que chama analogias: a relação entre metáfora e comparação. Para Aristóteles, a

comparação é um tipo de metáfora e não a metáfora um tipo de comparação.³ Este ponto é de grande importância porque vai ser invertido pela tradição retórica e poética ocidental;

d) é definido em termos de movimento. P. Ricoeur (1975, p. 26-28) alerta para um aspecto que nem sempre tem merecido a atenção de outros autores. Para que haja metáfora, em Aristóteles, é necessário que haja movimento do nome para outro nome. Como P. Ricoeur observa, a definição de Aristóteles faz com que qualquer transposição de sentido entre termos seja metafórica. Não nos esqueçamos que, quando Aristóteles (1986), na definição da página 134 da *Poética*, fala em *analogia*, está a referir-se à metáfora proporcional, como explica no n.º 130, na mesma página da edição portuguesa citada;

e) não se distingue da hipérbole, antes se identifica com esse mesmo fenómeno. No exemplo que dá no n.º 129 da *Poética*, "na verdade, milhares e milhares de gloriosos feitos Ulisses levou a cabo", considera que há metáfora da espécie para o género porque "milhares e milhares está por muitos" (Aristóteles, *Poética*, 1986, p. 134);

f) também não se distingue da sinédoque. O exemplo que Aristóteles dá, "cortando com o duro bronze" (Aristóteles, *Poética*, 1986, p. 134), será, hoje, considerado uma sinédoque porque o termo próprio *faca* ou *punhal* foi substituído por outro, *bronze*, que com aqueles se encontra numa relação de conjunto contíguo, "l'existence ou l'idée de l'un se trouvant comprise dans l'existence ou dans l'idée de l'autre", como diz Fontanier (Fontanier, P., 1968, p. 87). Fontanier cita mesmo, nas pp. 90-91, exemplos idênticos ao de Aristóteles daquilo que o retórico francês chama *sinédoques de matéria*.

I. A. Richards

O conceito de metáfora ganhou uma enorme extensão no século XX, em grande parte devido aos trabalhos de I. A. Richards (1936) e Max Black (1962). Richards estendeu o conceito de metáfora – até então, basicamente o de Aristóteles, com as *nuances* introduzidas por Cícero e Quintiliano, com algumas

³ Aristóteles diz isso explicitamente no Tomo III da *Retórica*: "la comparaison est aussi une métaphore: elle en diffère peu [...]. La comparaison est utile même en prose, mais il faut en user peu souvent, car elle a un caractère poétique. Les comparaisons doivent être introduites comme les métaphores; *la seule différence est celle que nous venons de dire*" (Aristote, 1973, p. 49. Itálico meu). Para Aristóteles a diferença sintáctica entre a comparação e a metáfora acaba por ser de pouca importância, no entanto suficiente para distinguir um fenómeno do outro. A metaforicidade da comparação – da comparação metafórica, entenda-se, embora Aristóteles não se expresse assim – mantém-se.

variantes⁴ – a “all cases where [...] we compound different uses of the word into one, and speak of something as though it were another” (Richards, I. A., 1936, p. 116).

Além disso, acha que a metáfora não é algo de excepcional no uso da língua, como pensava Aristóteles, mas é antes o seu princípio básico (Richards, I. A., 1936, p. 90).

Richards verifica que a metáfora foi tratada no passado como uma espécie de “happy extra trick with words, an opportunity to exploit the accidents of their versatility” (Richards, I. A., 1936, p. 90). Por isso a metáfora pôde ser considerada “a grace or ornament or *added*⁵ power of language, not its constitutive form” (Richards, I. A., 1936, p. 90). Esta afirmação leva-nos à concepção de Shelley segundo a qual “a linguagem é vitalmente metafórica”.⁶

Ainda na tentativa de clarificar as diferenças que o separam da teoria tradicional da metáfora que era vulgar em 1936, Richards expõe outro aspecto crucial do seu pensamento: a metáfora, em última instância, é um fenómeno do pensamento humano. Entende que, no passado, os autores apenas se ocuparam de alguns tipos de metáfora. E, na opinião de Richards, passaram a usar o termo *metáfora* de modo limitado, referindo-se apenas a alguns casos que faziam com que

thereby it made metaphor seem to be a verbal matter, a shifting and displacement of words, whereas fundamentally it is a borrowing between and intercourse of *thoughts*, a transaction between contexts. *Though*⁷ is metaphoric, and proceeds by comparison, and the metaphors of language derive there from (Richards, I. A., 1936, p. 94).

Isto é completamente novo e profundamente polémico. Para os autores da tradição de Aristóteles, Cícero e Quintiliano, a metáfora era um fenómeno que se situava ao nível da palavra e da expressão verbal. Podemos interrogar-nos: o que ganha a teorização da metáfora com esta nova perspectiva? Não é claro o que Richards quer dizer ao afirmar que *o pensamento é metafórico* (Richards, I. A., 1936, p. 94). Podemos interpretar *ser metafórico* como *aquilo que possui metáfora*. Richards não esclarece bem onde está a metáfora do pensamento. Tomando metáfora no sentido original dos Gregos, e de Aristóteles em

⁴ Cf., por exemplo, Umberto Eco (1983), Paul Ricoeur (1975), Michel Le Guern (1973), Gérard Genette (1970).

⁵ O itálico é de Richards.

⁶ Cf. a obra de Shelley (1972). *Defesa da Poesia*. 2.^a ed. Tradução e Notas de J. Monteiro-Grilo, Lisboa: Guimarães Editores, pp. 43-44. A edição original inglesa, em livro, é de 1840.

⁷ Os itálicos são de Richards.

particular, de *mudança de sentido*, *transferência de significação*, *passagem de sentido literal a figurado*,⁸ onde é que se dão estas mudanças, transferências, passagens? Como é que o pensamento, globalmente considerado como capacidade humana de pensar, opera, enquanto totalidade, uma modificação de sentido de tipo metafórico? Poderemos dizer que o pensar será uma forma de encontrar, atribuir, destringir, etc. significações. Mas isso é metafórico? Ao dizer, logo a seguir, que o pensamento *procede por comparação*, poderia pensar-se que a metaforicidade do pensamento, então, lhe adviria da possibilidade de comparação. Haveria, assim, uma identificação da metáfora com a comparação, podendo, até, entender-se das palavras de Richards que *metáfora* seria outro nome de *comparação*. Mas o que adianta isso? Só lança mais confusão sobre o já de si complexo fenómeno da metáfora e nada esclarece. Além disso, ao passar a metáfora de um fenómeno verbal, observável directamente, para um fenómeno do pensamento, não directamente observável, mas do pensamento como totalidade, não de um pensamento particular, coloca-nos numa situação que nos permite inferir que tudo, na actividade dos seres humanos, que possa ser considerado como pensamento ou consequência do pensamento, é metafórico. Isso dá uma tal amplitude e vastidão ao termo que, no fundo, não permite identificar fenómeno nenhum porque tudo quanto é ou *deriva* do pensamento é metáfora.⁹ O próprio Richards (1936, p. 116-117) reconhece que generalizou *até muito longe* o uso do termo metáfora:

a) a “all cases where a word, in Johnson’s phrase, ‘gives us two ideas for one’” (Richards, I. A., 1936, p. 116). O que Richards acabou de dizer é pouco claro. Quase todas as palavras nos podem dar *duas ideias numa*. Os conceitos de denotação e conotação procuram fazer essa distinção. Querera Richards dizer que as conotações são sempre metafóricas ou são uma forma de metáfora? Parece ser isso, embora Richards não dê nenhum exemplo de conotação ou se refira explicitamente à conotação;

⁸ Ressalve-se que as noções de *sentido literal* e de *sentido figurado* não existiam para os Gregos. Utilizamo-las, aqui, com essa consciência. Quanto ao conceito de transferência de significação entre os constituintes da metáfora, R.-A. Sarot (1973, p. 328) defende a ideia da passagem de um semema virtual a actual que me parece preferível.

⁹ Beardsley (1967) apercebeu-se deste problema e propôs que a metáfora fosse considerada não “a special mode of thinking” mas “an aid to thought” (Beardsley, M. C., 1967, p. 287). Não creio, no entanto, que tenha conseguido resolver o problema central da teoria da metáfora de Richards relativamente ao pensamento, apesar de a sua observação ser sensata. Frank Smith (1985) também está nesta linha quando declara: “metaphors are the legs of language on which thought steadily advances or makes its more daring leaps. Without metaphor thought is nert, and with the wrong metaphor it is hobbled. Metaphors are inescapable” (Smith, F., 1985, p. 195).

b) ainda na mesma frase, em que Richards se refere à possibilidade de ter generalizado até muito longe o sentido do conceito metáfora, acrescenta: “all cases where [...] we compound different uses of the word into one, and speak of something as though it were another” (Richards, I. A., 1936, p. 116). Os *diferentes usos*, na linguagem de Richards, são os diferentes significados. Esta passagem parece confirmar aquilo que dissemos atrás relativo à generalização do conceito de metáfora até incluir o de conotação;

c) Richards reconhece ter generalizado o conceito de metáfora à referência a todos os casos em que *falamos de uma coisa como se fosse outra*. Isto é, mais uma vez, pouco claro. *Mentir, louvar e fazer o panegírico* poderão ser entendidos como *falar de uma coisa como se fosse outra*. A alegoria pode igualmente ser *falar de uma coisa como se fosse outra*. Portanto, a alegoria, para Richards, poderá ser entendida como uma variedade ou um tipo de metáfora. Os modelos, de que Max Black (1962) se ocupará, certamente caberão dentro do conceito de metáfora de Ivor A. Richards. Parece-nos que isso é inaceitável em todos os casos embora, sem dúvida, seja válido para alguns.

Para além das dúvidas que nos possam ficar quanto à falta de clareza de Richards, o que ressalta é a enorme vastidão do conceito de metáfora que pretende desenvolver. Não satisfeito com toda esta extensão do sentido que atribui à metáfora, Richards acrescenta que considera metáfora “those processes in which we perceive or think or feel about one thing in terms of another - as when looking at a building it seems to have a face and to confront us with a peculiar expression” (Richards, I. A., 1936, pp. 116-117).

É a ideia, ou a sua ilustração, de que *o pensamento é metafórico* (Richards, I. A., 1936, p. 94). Mas não só. A percepção também poderá ser metafórica. Não podemos tomar o acto apenas de percepção de uma casa como um rosto como metafórico. Todo o acto de pensar será sempre *pensar uma coisa como outra*, atribuir-lhe categorias que são de uma coisa (a vida da mente) a uma outra coisa normalmente exterior à mente. Richards alarga de tal modo o conceito de metáfora que o pensamento parece ser uma consequência da metáfora.

Penso ser daqui, desta abertura imensa que Richards lhe dá e que muitos autores seguiram e ampliaram, que vêm grande parte das confusões e das dificuldades actuais do estudo da metáfora. Dá-se-lhe uma tão grande dimensão que tudo ou quase tudo passa a ser metáfora.

Depois do exposto e apesar de algumas contradições e limitações que encontrámos na teorização da metáfora feita por Richards, não restam dúvidas dos enormíssimos contributos que Richards deu à teorização da metáfora abrindo-lhe novos horizontes e imensas perplexidades, dado o seu tão vasto conceito de metáfora, o que leva a que, por exemplo, Stuart C. Brown (1992, p.

230) declare que Richards deu o passo mais importante para o lançamento das bases da retórica do século XXI.

Lakoff & Johnson

Diversos autores, depois de Richards, tiveram contributos importantes para o conhecimento do fenómeno metafórico: Max Black (1962, 1979a, 1979b), Roman Jakobson (1956), Harald Weinrich (1976), o Grupo de Liège (Dubois *et alii*, 1970), Michel Le Guern (1973), Paul Ricoeur (1975), John Searle (1979), entre muitos outros, mas especialmente Lakoff & Johnson que influenciaram decisivamente o conhecimento do fenómeno metafórico e deram origem a uma verdadeira torrente de investigação sobre a matéria.

Lakoff & Johnson (1980) aplicaram à letra este princípio de Richards de que o pensamento é metafórico, um pouco relutantemente aceite por diversos autores. Lakoff & Johnson (1980) definem a função da metáfora como “understanding and experiencing one kind of thing in terms of another” (p. 5). Por isso consideram que “the metaphor is not merely in the words we use - it is in our very concept” (p. 5). A nossa linguagem poderá ser literal mas os conceitos que ela veicula serão (essencialmente) metafóricos. Esta é uma diferença face a Richards – que exigia a expressão linguística para que houvesse metáfora –, enquanto Lakoff & Johnson consideram o simples *ver* ou compreender. Esta será, de momento a mais vigorosa e pujante área de estudo do fenómeno metafórico (Gibbs, 1992; Brown, 1992).

A tese central da obra de Lakoff & Johnson é a seguinte: “our ordinary conceptual system, in terms of which we both think and act, is fundamentally metaphorical in nature” (Lakoff, G. & Johnson, M., 1980, p. 3).

O sistema conceptual estrutura a percepção, o relacionamento com outros seres humanos e a acção duma maneira geral. Sendo a comunicação humana comandada pelo nosso sistema conceptual, a análise da linguagem verbal dar-nos-á uma fonte de evidência de como é esse sistema.

Lakoff & Johnson dizem que quando nos envolvemos num processo de argumentação, não estamos a falar poeticamente. Quando argumentamos, a nossa linguagem poderá ser simplesmente literal. Falamos literalmente mas concebemos a argumentação metaforicamente. Por outro lado, produzimos metáforas verbais porque possuímos conceitos que se organizam metaforicamente. E, pelo menos em alguns domínios dos nossos conceitos, as metáforas estão organizadas sistematicamente. Esta sistematicidade, no entanto, apenas implica uma estruturação parcial. Analisando a estruturação dos conceitos expressos pela frase *time is money*, George Lakoff & Mark Johnson

(1980) verificam que o *tempo*, como o *dinheiro*, pode ser *bem gasto*, *mal gasto*, *poupado*, *investido*, etc., mas não podemos falar em *time banks*. Quer isto dizer que a coincidência, a aproximação entre *tempo* e *dinheiro* estendem-se a muitos aspectos do dinheiro, mas não a todos. É nesse sentido que afirmam que há uma *estruturação parcial* de um conceito em função do outro (Lakoff & Johnson, 1980, p. 13).

Uma das características destas organizações metafóricas dos conceitos é a seguinte: “the most fundamental values in a culture will be coherent with the metaphorical structure of the most fundamental concepts in the culture” (Lakoff, G. & Johnson, M., 1980, p. 22).

Portanto os valores fundamentais de uma cultura não são independentes mas formam uma estrutura coerentemente organizada com aquilo que chamam *as metáforas pelas quais vivemos*. Era isto que, já em 1960, Blumenberg queria dizer ao propor a disciplina *Metaforologia* (Cf. Blumenberg, H., 1960). George Lakoff (1985) insistirá, posteriormente, neste aspecto da teoria, defendendo que o diálogo entre sujeitos pertencentes a culturas que têm conceitos metafóricos diferentes é difícil ou, mesmo, impossível.

A semelhança que liga os termos da metáfora, com frequência, repousa em semelhanças que não são literais mas sim em semelhanças que já são elas próprias metafóricas. Quer isto dizer que, para compreender devidamente certas metáforas, é necessário estar integrado na cultura que as produziu pelo facto de algumas semelhanças observadas na metáfora repousarem em semelhanças instituídas no nosso sistema conceptual, semelhanças essas que apenas o são metafóricamente.

Ao decodificar a metáfora expressa verbalmente, há, portanto, necessidade de decodificar uma metáfora que é explícita e uma outra que é implícita.¹⁰ Nas metáforas vivas, há criação de novidade porque se constituiu uma nova semelhança e essa novidade será maior se houver um misto de coerência com o conceito metafórico no qual repousa a metáfora e um afastamento relativamente grande que não permitisse anteriormente encontrar essa segunda semelhança metafórica.

Para compreender a metáfora não viva *inflation has gone up*, o decodificador terá de passar por dois *conceitos metafóricos*: 1. ver a inflação

¹⁰ Lakoff & Johnson (1980) nunca esclarecem o modo de funcionamento da metáfora implícita, em particular o modo como o receptor chega até ela. Lakoff & Johnson parecem não considerar as situações em que, dinamicamente, o receptor tem de inferir as metáforas. Reconhecem a sua existência, mas elas parecem ser dadas já prontas ao sujeito sob a forma de *conceitos metafóricos* previamente definidos. Não parecem ser criadas, produto das inferências e criações do sujeito.

como uma substância; 2. ver *subiu* como orientado *para cima, para a frente (up)* e, depois, compreender a nova metáfora tendo em atenção as outras duas.

Não consideramos adequada a maneira como Lakoff & Johnson (1980) falam deste fenómeno. Não nos parece que seja uma questão de passagem de *um conceito metafórico a outro*. Trata-se, na nossa maneira de encarar o fenómeno metafórico, de, a partir de uma metáfora que é explícita, inferir uma outra metáfora implícita, que é necessária para compreender a metáfora explícita. Um *conceito metafórico* parece-me algo de obscuro que Lakoff & Johnson (1980) nunca explicaram claramente. Porém há uma razão para isso. Não foram eles que cunharam a expressão. Ela tem uma tradição longa entre os estudiosos americanos da metáfora, como poderemos ver em C. C. Anderson (1964, pp. 61 e seguintes). Todavia, nunca encontrei uma discussão desse conceito.

Mas, na metáfora que poderá ser considerada viva, *a inflação sofreu insolação*, para além das duas metáforas intermediárias anteriormente consideradas será, ainda, necessário passar por mais um estágio intermediário: *a insolação dilata ou incha*.

Este modo de considerar a compreensão metafórica é bastante diferente do de outros autores, nomeadamente dos do Grupo de Liège (Dubois *et alii*, 1970) que consideram a interacção entre os pólos da metáfora como ocorrendo entre semas, enquanto Lakoff & Johnson (1980) a entendem entre proposições. Queremos sublinhar estes aspectos da teoria da metáfora de George Lakoff & Mark Johnson (1980) que nos parecem originais e de máxima importância. Em certas circunstâncias, para compreender determinadas metáforas, é necessário inferir passagens que são degraus lógicos intermédios e que pode acontecer que sejam metáforas. Digamos que Lakoff & Johnson (1980), apesar de o não dizerem assim, reconhecem a existência de metáforas que podem não estar expressas superficialmente no discurso. Não lhes dão qualquer nome. Nós, para as identificarmos, chamar-lhes-emos *metáforas inferidas*.

Mas, da maneira como apresentam a sua teoria, parece não haver grande dinamismo da parte dos receptores na criação das metáforas inferidas porque os conceitos metafóricos parecem já estar feitos e acabados, não tendo o receptor de os construir, inferir mas apenas de ir buscá-los aonde eles estiverem armazenados.

É com esta simplicidade, não se perdendo com grandes demonstrações de pormenor, que Lakoff & Johnson (1980) apresentam a sua teoria. Não poderemos negar que não seja, no seu conjunto, uma teoria sedutora. Mas algumas questões se levantam.

Como é que o sistema conceptual do ser humano *é de natureza fundamentalmente metafórica*? Poderá funcionar na base de associações por

semelhança, por oposição, etc., mas poderemos dizer que a sua *natureza é metafórica*? O que é uma coisa ser de natureza metafórica? A única resposta que Lakoff & Johnson dão a estas perguntas é que a essência da metáfora implica ver uma coisa em termos de outra sem se darem ao trabalho de discutir mais miudamente o conceito. Dizem que não há apenas recurso a um vocabulário emprestado, mas há também a visão de uma coisa em termos que são próprios de outra. Mas esta maneira de ver a metáfora conduz-nos a depreender que a metáfora, como a dedução, a indução, é uma variedade de operação mental? Parece que é isto que os autores querem dizer quando falam em *ver* uma coisa em termos de outra. Este *ver* quer dizer realizar uma operação mental que se caracteriza por efectuar a interacção própria da metáfora. Essa operação é aqui designada por *ver*. Mas, de qualquer modo, a metáfora nunca será entendida por Lakoff & Johnson apenas como um tipo de raciocínio, visto que os conceitos são assim mesmo armazenados na memória sob forma metafórica. Chegamos, deste modo, ao princípio de Shelley,¹¹ segundo o qual a linguagem é *vitalmente metafórica*. E também ao de Wittgenstein do *ver como*.¹²

Chegamos ao conceito de *metáfora literal*. Lakoff & Johnson não se exprimem assim, mas é o que entendo que querem dizer. Utilizo este conceito de *metáfora literal* baseado em Werner Abraham (1975) que talvez apresente a melhor concepção de sentido literal. Abraham diz que o sentido literal de um lexema é aquele que evidencia a ordenação normal de hipóteses relativas ao uso corrente de uma palavra tal como os interlocutores o esperam (Abraham, W., 1975, p. 27). Esta definição remete para o uso a questão do sentido literal e do sentido metafórico, passando o problema da metáfora para o domínio da Pragmática. O que sucede com as metáforas, no sentido de Lakoff & Johnson (1980), é que elas são também as hipóteses de significação mais previsíveis para os interlocutores e as significações envolvidas são aquelas que têm mais probabilidade de ocorrer à mente dos sujeitos. Por isso me parece adequada a ideia de *metáfora literal*.

A metáfora deixa, nesta conceituação de Lakoff & Johnson (1980), de ser um fenómeno estritamente da expressão linguística, porque pode haver expressão linguística literal mas metáfora ao nível conceptual. Uma das consequências deste modo de ver o fenómeno metafórico parece ser a de que o conceito de literal ajuda muito pouco a compreender a imensidade do fenómeno metafórico, se aceitarmos os termos em que os Autores colocam a questão. Mas

¹¹ Cf. Shelley (1972). *Defesa da Poesia*. 2.^a ed. Tradução e Notas de J. Monteiro-Grilo, Lisboa: Guimaraes Editores, pp. 43-44.

¹² Penso que esta passagem da obra de Wittgenstein não mereceu, ainda, a atenção devida por parte dos estudiosos da metáfora. Cf. Wittgenstein, L. (1958, XI, pp. 536-606).

note-se que não será tão abstruso como isso. É uma consequência de Lakoff & Johnson (1980) considerarem que a interação entre os constituintes da metáfora se faz entre proposições e não entre palavras ou semas. Como se os problemas da metáfora já não fossem poucos, amplia-se de tal modo o seu âmbito, mais ainda do que I. A. Richards o fizera, que me parece depois ser difícil fazer distinções operatórias úteis. Corre-se o risco, ao formular os problemas desta maneira, de passar a não ter interesse falar em metáfora porque o termo ganhou uma tal amplitude de significação que praticamente já não identifica, com um mínimo de rigor, fenómeno nenhum.

Na sequência desta análise do conceito de metáfora, neste texto, entendemos por metáfora uma estratégia do discurso que consiste numa construção elíptica em que um membro da frase (o comparado), por comparação não explícita, é definido em termos de outro (o comparante), que os interlocutores sentem como normalmente não andando associado com ele, compartilhando os dois constituintes uma ou mais afinidades (a intersecção).

O que é compreender?

Uma outra questão complexa quando se estuda esta temática é a relativa ao processo de identificação da manifestação da compreensão.

Diversos autores têm entendido a compreensão da metáfora como o processo de a explicar. Mas, como dizem Pollio & Pollio (1974), eu mexo o meu braço com facilidade e poderei não saber explicar os mecanismos de funcionamento desse fenómeno. Estão em causa competências de natureza metacomunicativa e metalinguística que se desenvolvem posteriormente ou muito posteriormente à revelação da compreensão metafórica pelas crianças. Outros autores têm entendido a compreensão da metáfora como a sua paráfrase. Os mecanismos de algumas paráfrases parecem desenvolver-se mais tarde ou muito mais tarde do que a compreensão metafórica. Portanto não poderemos usar esse critério. Os autores que assim procederam (Billow: 1975; 1977; 1981; Cometa & Eson: 1978; Gardner: 1974; Ortony: 1985; Vosniadou: 1987; Winner: 1988, entre outros) atribuíram competência metafórica às crianças em idades bastante mais avançadas do que aquelas em que realmente ela se manifesta inicialmente. Terão de ser utilizados processos mais capazes de manifestar essa compreensão como realização de acções que são resposta a instruções metafóricas, como, por exemplo, representar graficamente as situações ou identificar a superestrutura de textos contendo metáforas ou responder a questões de compreensão tópica. É necessário distinguir compreensão de outras

capacidades como a de analisar a metáfora e os seus constituintes, a de interpretar a metáfora e a de identificar a razão pela qual uma leitura literal é inadequada, ao passo que uma figurada será preferível, ou a de comentar a sua adequação ou valor comunicativo ou estético.

Considerarei compreensão de um texto ou de um tópico a manifestação que o receptor faz da construção que efectuou para identificar o assunto da mensagem e a sua conformidade às intenções comunicativas do emissor.

O conhecimento do mundo

Uma outra dificuldade que pode contaminar a compreensão da metáfora é o conhecimento do mundo. Que conhecimento do mundo terá uma criança pequena para compreender a metáfora *as enciclopédias são minas de ouro*? A criança poderá saber o que é uma *enciclopédia* e o que é uma *mina de ouro* mas não saber o que uma mina de ouro, e consequentemente uma enciclopédia, representam para os seres humanos. Este ponto é crítico. Foram vários os autores que identificaram como se iniciando tardiamente a competência metafórica por não terem compreendido devidamente a importância desta variável no âmbito do estudo da génese da competência metafórica. É necessário controlar muito bem nas testagens este aspecto, o que só excepcionalmente foi feito.

O significado das palavras

Para compreender uma metáfora é necessário saber usar e ter em atenção significações segundas das palavras envolvidas na metáfora e outras que são criadas pelo co-texto e pelo contexto. A criança poderá conhecer relativamente bem, para a sua idade, um ou mais significados segundos das palavras e não os conseguir evocar ou sequer relacionar. Mas isso acontece, para algumas palavras mais familiares, fundamentais e básicas, bastante mais cedo do que se pensa que sucede com outras significações. Por isso é necessário determinar previamente o desenvolvimento semântico das crianças, antes de testar a sua compreensão metafórica.

Tipos de metáforas

Como refere V. Broderick, raramente dois estudos da compreensão metafórica de crianças estão a testar o mesmo tipo de metáfora: “the upshot of all this is that when two metaphor studies claim to be examining the same variable, they may not be” (Broderick, V., 1992, p. 190).

Nesse sentido, parece que, para clarificar o estudo da compreensão metafórica, será necessário determinar tipos de metáforas porque as metáforas não são todas rigorosamente iguais. As crianças compreenderão certamente melhor e mais cedo certos tipos de metáfora do que outros.

Existem muitas classificações dos tipos de metáforas utilizando os mais variados critérios. Vamos, aqui, propor uma tipologia baseada num critério normalmente não utilizado e, quando em parte o foi (Morier, H., 1981), não esgotou todas as possibilidades que o critério admitia. Esse critério é o dos constituintes da metáfora e das variadas formas de elipse que todos esses constituintes podem sofrer.

A metáfora pode ter graus variados de elipse em estrutura de superfície de cada um dos três constituintes isoladamente, de quaisquer dois constituintes ou mesmo dos três. Essas elipses condicionam a compreensão da metáfora pelos receptores de várias formas: poderão inibir completa ou parcialmente a compreensão ou poderão aumentar o tempo médio que demora a compreensão. É em função desses diferentes graus de elipse que definiremos os tipos de metáfora:

a) a metáfora explícita: aquela que tem expressos em estrutura de superfície o comparado (A), o comparante (B) e a intersecção (I). Pode apresentar as formas¹³ *A é B que I - o amor (A) é um fogo (B) que arde (I)*¹⁴ - e muitas outras

¹³ Faremos, aqui uma distinção entre tipo da metáfora - que tem que ver com a presença ou não dos seus constituintes em estrutura de superfície - e a forma - isto é, dentro de cada tipo de metáfora, a sua estrutura sintáctica. Exemplificando: *amor é um fogo que arde* é um tipo de metáfora: ABI. *Amor é um fogo* é outro tipo: AB. *Um amor de fogo* é uma metáfora do mesmo tipo da anterior, AB, só que com uma forma diferente. Jorge Luis Borges, falando poeticamente desta questão, disse: “ello no significa, naturalmente, que se haya agotado el número de metáforas; los modos de indicar o insinuar estas secretas simpatías de los conceptos resultan, de hecho, ilimitados” (Borges, J. L., 1987, *Historia de la Eternidad*, Madrid: Alianza Editorial, 6.ª reimpressão da primeira edição, p. 77). Para Borges, as formas que a metáfora pode tomar não têm limite.

¹⁴ Na representação do subtexto desta metáfora, as letras entre parêntesis curvo identificam os constituintes da metáfora como a passagem do subtexto que lhes é imediatamente anterior e que não pertence a outro constituinte. Não nos referiremos às metáforas negativas (*o amor não é um fogo*) ou exclusivas (*o amor nunca é um fogo*) porque elas são teoricamente possíveis com qualquer das formas e tipos citados.

desde que os três elementos A, B e I estejam expressos. Falaremos em metáforas do tipo ABI ainda quando a ordem pela qual os constituintes aparecem na metáfora não seja esta. Essa questão, a da ordem dos constituintes da metáfora, e a da sintaxe da frase que contém a metáfora, já é um problema da forma da metáfora.

Incluiremos ainda dentro deste tipo de metáforas um outro tipo de figuras que se designam normalmente por *símiles* ou por *comparações metafóricas* desde que tenham expressos os constituintes comparado, comparante e intersecção. Atentemos no exemplo tirado de um texto de Natália Miranda: *as pedras luziram como espelhos*. Dir-se-á que não se trata de uma metáfora porque, nesta frase, temos expresso o elemento comparador **como**. É isso que diz, por exemplo, H. Morier:

les termes «comme», «ainsi que», «tel», «tel que», «pareil à», «sembler», «paraître», «ressembler» et leurs équivalents, termes qui dénoncent un travail logique et suivi de la pensée, sont en principe bannis de la présentation métaphorique: ils sont réservés à des figures moins rapides, la *comparaison* proprement dite, *les parallèles* ou *similés*¹⁵ (Morier, H., 1981, p. 670).

Na página seguinte, insiste que “la métaphore est le procédé de style qui confronte sans recourir à aucun signe comparatif explicite [...]” (Morier, H., 1981, p. 671).

Ora vejamos quais são os constituintes do símile citado: *as pedras* será o comparado; *luziram* será o comparante e *espelhos* será o quê? Naturalmente que é a intersecção porque só ao serem *como espelhos*, *as pedras* serão capazes de *luzir*. Se fizermos uma pequena modificação na forma do símile – *as pedras luziram que nem espelhos* –, mas não no tipo, ainda estaremos perante um símile? Perante o critério de Morier (1981) talvez seja duvidoso. E se fizermos outra modificação na forma do símile: *as pedras luziram feitas espelhos*? O critério de Morier (1981), aqui, talvez já aceitasse que estamos perante uma metáfora. Considerar-se-á, ainda, que estamos perante um símile? E se a transformação for mais radical: *as pedras luziram, espelhos*? Ou *as pedras, espelhos, luziram*? Ou *as pedras-espelhos luziram*? Note-se que não há diferenças assinaláveis nos constituintes da metáfora. São sempre os mesmos. Tanto há comparação em *as pedras luziram como espelhos* como em *as pedras, espelhos, luziram*, como há em *amor é um fogo que arde, ou o amor arde como o fogo*. Dando ao considerado símile de Natália Miranda a forma que tem a

¹⁵ Os itálicos e as aspas são de Morier. Paul de Man (1985) chega a dizer que, em certas circunstâncias, na poesia lírica, o emprego de *comme* pode ser *aberrante* (Man, P. de, 1985, p. 137).

célebre metáfora camonianiana, teremos: *as pedras são espelhos que luzem*.

Consequentemente, parece-nos pouco consistente a distinção entre metáfora e símile, quando os analisamos do ponto de vista da estrutura ou configuração tipológica de ambas. Não nos estamos a referir a qualquer critério estético;

b) metáfora elíptica da intersecção:¹⁶ aquela que tem expressos o comparado e o comparante em estrutura de superfície mas que não tem expressa a intersecção que é inferível em função do co-texto ou do contexto e dos constituintes expressos. Pode apresentar as formas A é B (*o amor é fogo*), A,B (*o amor, esse fogo*), B,A (*esse fogo, o amor*), AB (*o amor-fogo*), BA (*o fogo-amor*), A de B (*um amor de fogo*), B de A (*um fogo de amor*) e outros. A e B deverão estar sempre expressos. Consideremos estas metáforas do tipo AB ainda que a ordem real dos constituintes não seja esta;

c) a metáfora elíptica do comparado e da intersecção: aquela em que o comparado e a intersecção não estão expressos em estrutura de superfície mas são inferíveis a partir do co-texto ou do contexto. Apresenta a forma B (*o fogo*)¹⁷ mas o comparado (neste caso *amor*) e a intersecção (*que arde*) são inferíveis (sob múltiplas formas): a partir do co-texto, da situação, do contexto cultural ou epocal, em intertextualidade com outros textos (por exemplo, da mesma época ou do mesmo autor, mas até poderá não acontecer assim). Exemplos: esta será, penso, a forma mais típica das metáforas mortas ou latentes ou das catacreses e das chamadas metáforas *in absentia*, ou daquelas que se repetem sequentemente ou insistentemente num mesmo local ou ambiente quando o comparado e a intersecção são omitidos: *é servir a quem vence, o vencedor*, no soneto de Camões. Trata-se de metáforas em que o comparado (*o amor*) já foi expresso em outra metáfora (*o amor é um fogo*) ou ponto do texto e é mais adiante (no caso de uma obra de ficção isso poderá ocorrer muitas páginas adiante) elaborada outra metáfora ou reformulada a inicial mas apenas aparecendo expresso o comparante. Identificaremos este tipo de metáfora como B;

d) a metáfora elíptica do comparado mas não do comparante e da intersecção: em muitas metáforas em que há elipse do comparado, mas não do comparante, a intersecção poderá estar explícita. São as metáforas do tipo BI.

¹⁶ Quando dermos o subtexto da metáfora, representaremos o ou os constituintes não expressos em estrutura de superfície entre parêntesis recto. Por exemplo: a metáfora *o amor é um fogo*, elíptica da intersecção, terá o subtexto seguinte: *o amor* (A) *é um fogo* (B) [que arde (I)].

¹⁷ É este, por exemplo, o título de uma obra de Gabriele D'Annunzio: *Il Fuoco*, traduzido para português por Silva d'Albuquerque e publicado pela Companhia Nacional Editora com o título *O Fogo*, em 1901, de que o tema é justamente o amor-paixão - *o fogo*.

Exemplos: a *mansão da morte*. Neste caso, que ocorre em Soares de Passos,¹⁸ inferiremos o comparado *cemitério*. Outro exemplo: suponhamos que encontro dois adolescente que tardam em se apaixonar. Poderei dizer-lhes: *então esse fogo* (B) *nunca mais arde* (I)? O contexto deverá evidenciar que *o fogo é o amor*. Este tipo de metáfora é o usual das metáforas a que se dá o nome de adivinhas. Uma boa parte das adivinhas e dos enigmas tradicionais, que são apresentados às crianças, é constituída por metáforas em que estão expressos o comparante e a intersecção mas em que há a elipse do comparado.¹⁹ Alain Boucharlat (1975, p. 66) diz isso mesmo: “la devinette est donc simplement l’utilisation inversée d’une métaphore souvent employée”;

e) a metáfora elíptica do comparante e da intersecção: aquela em que o comparante e a intersecção não estão expressos em estrutura de superfície mas são inferíveis de múltiplos modos, incluindo o contexto cultural. Muitas pessoas nem sequer se dão conta explicitamente de que esta metáfora existe mas, na sua prática de leitura, entram com ela em linha de conta. Uma ideia bastante difundida, que já vem de Aristóteles (*Poética*, 1986, p. 134), é a que defende que a metáfora é a palavra ou expressão usada metaforicamente. Um dos contributos importantes da teorização de I. A. Richards (1936) e dos interaccionistas, em especial do primeiro enunciador da teoria, Max Black

¹⁸ In A. A. Soares de Passos (1967). *Poesias*. Décima primeira edição revista e aumentada com inéditos e precedida de um esboço biográfico por Teófilo Braga. Porto: Lello e Irmão, p. 12. A inferência do comparado [*cemitério*] é feita, por um leitor adulto competente, com relativa facilidade a partir do título do poema e do conteúdo da primeira estrofe, o co-texto, e/ou a partir do contexto ou ambiente criado pelo início do poema que reproduziremos com o título: O Noivado do Sepulcro / Balada // “Vai alta a Lua! na mansão da morte / Já meia-noite com vagar soou; / Que paz tranquila; dos vaivéns da sorte / Só tem descanso quem ali baixou”. Repare-se que é o co-texto (com o contexto) que obriga a que se entenda que o comparado é [*cemitério*]. Fora deste co-texto e apresentada isoladamente a metáfora *a mansão da morte*, o receptor poderia formular várias hipóteses para encontrar o comparante como *morgue*, *matadouro*, *um campo de concentração* ou, mais concretamente, *um dos fornos crematórios de Auschwitz*, por exemplo, etc., *um qualquer Goulag*, etc.

¹⁹ Repare-se na adivinha: *quais são os camaradas / que passam o dia a bater-se / e não fazem mal uns aos outros?* [V. Moutinho (1989). *O Adivinhão* (adivinhas tradicionais portuguesas seleccionadas e apresentadas por...), Porto: Afrontamento, 4.^a ed., p. 21]. A resposta certa é *os dentes*. Mas só metaforicamente é que [*os dentes*], o comparado da metáfora, *são os camaradas*, o comparante da metáfora, *que passam o dia a bater-se / e não fazem mal uns aos outros*, a intersecção da metáfora. O caso dos provérbios poderá ser idêntico, mas nem sempre, já que me parece mais complicado do que o caso das adivinhas. Billow (1977) diz: “proverbs [...] are more abstract than metaphors” (Billow, R. M., 1977, p. 88). O que creio que Billow querará dizer com o carácter mais abstracto dos provérbios relativamente às metáforas é que os provérbios se aproximam mais das formas indirectas de falar (os actos discursivos indirectos) do que da metáfora.

(1962; 1979a; 1979b), de uma maneira geral, é justamente o de chamar a atenção para o facto de a metáfora implicar uma mudança de significação sobre o comparante mas também sobre o comparado. Por isso há interacção. Reparemos no soneto de Camões de que nos temos vindo a servir de exemplo. O último terceto e, em particular, o último verso, possui uma metáfora elíptica do comparante. Ora, então, vejamos: “Mas como causar pode seu favor / Nos corações humanos amizade, / Se tão contrário a si é o mesmo Amor?”²⁰

Cremos que *o mesmo Amor*, neste co-texto, o de todo o poema, é o comparado de uma metáfora em que o comparante não está expresso mas que é inferível a partir do resto do soneto por um leitor adulto medianamente familiarizado com a leitura de Poesia. Então qual é a metáfora? É a seguinte: *o mesmo Amor é um fogo que arde, uma ferida*, etc. até *é ter com quem nos mata, lealdade*. Não é nenhuma das metáforas anteriores. Antes é uma metáfora que contém o comparado comum às metáforas do poema e um comparante múltiplo ou plural constituído por todos os comparantes de cada uma das metáforas anteriores acerca do amor, que constam do poema.

Quando Camões se refere, nas três últimas palavras do soneto, a *o mesmo Amor*, não poderemos entender que é a um amor qualquer que se quer referir, àquele conceito que eventualmente constará dos dicionários e/ou das enciclopédias, ao amor do senso comum, à visão individual que, num determinado momento, qualquer leitor terá do amor. É *o mesmo Amor*. O demonstrativo vinca que Camões quis salientar que é deste *amor* que está a falar, ou seja, o que *é fogo, ferida, dor*, etc. Ora só metaforicamente é que o amor é isso tudo;

f) a metáfora elíptica do comparante mas não do comparado e da intersecção: trata-se das metáforas em que temos explícitos o comparado e a intersecção mas não o comparante, do tipo AI. Regressando à nossa metáfora de partida, *o arder do amor* ou *o ardor do amor* ou *o amor arde* também têm em elipse o comparante.

As personificações e animizações (ou prosopopeias) são, em regra, metáforas deste tipo.²¹ A personificação é uma metáfora em que o comparante é

²⁰ In Luís de Camões (1970). *Obras de Luís de Camões*. Porto: Lello & Irmão, pp. 45 e 210. Seguimos o texto da edição de 1598 que apresenta notáveis variantes face à edição de 1595 nos versos 13 e 14, os dois últimos transcritos.

²¹ Não queremos com isto dizer que todas as personificações sejam exclusivamente metáforas. Há personificações que são metonímias. Por exemplo: *a Morte estendeu-lhe os braços*. Neste caso há personificação porque se atribui à *Morte* características dos humanos; mas há metonímia porque se toma *os braços da Morte* pela totalidade de um ser imaginado, abstracto: *a Morte*. Por vezes, considera-se que fazer falar seres humanos mortos é personificação ou prosopopeia (Cf., por exemplo, Pierre Fontanier, 1968, pp.

um humano ou idêntico. A animização é também uma metáfora deste tipo em que o comparante é *um ser* ou *um ser animado* ou *um animado* ou, depende dos casos, um qualquer ser animado, mesmo fantasioso.

Distingue-se, geralmente, a personificação da metáfora considerando-a uma outra figura à parte. Assim sucede na generalidade dos manuais de retórica,²² mas já George Lakoff & Mark Johnson (1980) defenderam idêntico ponto de vista, incluindo as personificações e as animizações entre as metáforas, considerando-as, aliás, uma variedade das metáforas ontológicas. C. C. Anderson (1964) fala da personificação, do simbolismo e da sinestesia como “superficial forms of metaphor” (Anderson, C. C., 1964, p. 54). Danielle Bouverot (1969), sem qualquer explicação para o facto, fala da personificação como *um tipo particular de metáfora* (Bouverot, D., 1969, p. 237), embora não diga em que consiste essa particularidade. Mas vejamos mais exemplos: *o mar dançou* e *Fulano zurrou*. Atente-se, ainda, no exemplo de Raul Brandão: “pois muitos homens dão sombra como as árvores: acolhem; estendem os ramos, protegendo os que se aproximam; a simpatia que de certas criaturas se exala é uma frescura só comparável à frescura das árvores”.²³

Simplifiquemos esta última passagem e digamos: *há homens que são árvores que dão sombra*. Dir-se-á que, no caso de *o mar dançou*, temos personificação porque estamos a emprestar a um ser inanimado algumas das características próprias de um ser humano. Mas, nos outros casos, dir-se-á que estamos perante uma metáfora. *Fulano* só metaforicamente é que pode *zurra*

404-406). Este caso será um tipo um pouco diferente de metáfora. O ser humano morto é ainda ser humano. Já não possui é o comportamento próprio dos humanos vivos. Penso, em consequência, que, a haver personificação, ela será parcial ou mitigada. Nem sempre a distinção entre os fenómenos citados é uniformemente defendida pelos diferentes autores. I. A. Richards, por exemplo, define *animismo* como “the projection of human activity into inanimate objects of thought” (Richards, I. A., 1929, p. 199).

²² Tome-se como exemplo o manual de Lausberg (1967) que classifica a personificação entre os tropos de salto (p. 249) e a considera uma variedade da alegoria. Também considera a metáfora um tropo de salto mas estranhamente não considera que a metáfora se possa combinar com a personificação. Quando fala de *tropos compósitos* (p. 164), diz que a metalepse, a perífrase, a sinédoque, a antonomásia, a ênfase, o litotes, a hipérbole, a metonímia, a metáfora e a ironia se podem combinar entre si mas exclui sempre a possibilidade de a personificação entrar neste conjunto. Daqui resulta claro que, para a tradição Retórica, a personificação era considerada um tropo distinto da metáfora e não era encontrada outra semelhança entre elas que não fosse o facto de serem classificadas entre os tropos de salto. Nos manuais escolares, tomemos o exemplo de Feliciano Ramos, (1966). *Breves Noções de Poética e Estilística*, Braga: Livraria Cruz, que considera figuras distintas a prosopopeia ou personificação e a metáfora (cf. o. cit., pp. 122-123).

²³ Esta passagem foi extraída de *A Farsa*, de Raul Brandão (1926), 3.^a ed., Lisboa: Livrarias Aillaud & Bertrand, p. 208.

como um burro, etc., o *Homem* só metaforicamente será *uma árvore*. O subtexto daquela metáfora é o seguinte: *Fulano* (A) [foi um burro (B) que] *zurrou* (I). No exemplo da personificação, a metáfora é exactamente do mesmo tipo: *o mar* (A) [foi um humano (B) que] *dançou* (I). A única diferença formal que existe nestes casos é o estatuto semântico do comparante. Temos um termo para designar um caso particular de metáfora em que o comparante é *um humano* (neste caso temos personificação ou prosopopeia) e temos outro termo para designar outro caso particular de metáfora em que o comparante é *um animado* (neste caso temos animização ou prosopopeia). Nos caso em que um humano pratica actos cometidos a animais, plantas ou seres fantásticos ou a inanimados já lhe chamamos apenas metáfora. Vemos como esta designação é artificiosa e incongruente, separando aquilo que é, no fundo, de idêntica natureza.

O perspicaz e coerente Pierre Fontanier (1968) tem consciência deste fenómeno ao considerar que a personificação pode ocorrer por metonímia, por sinédoque e por metáfora (Fontanier, P., 1968, pp. 111-114). Para Fontanier, a diferença reside no facto de ele considerar a metáfora (e a metonímia e a sinédoque) entre os tropos *numa só palavra* (Fontanier, P., 1968, p. 77) ou *propriamente ditos*, ao passo que a personificação a considera entre os tropos que são *figuras de expressão por ficção* (Fontanier, P., 1968, p. 111). Mas sabemos como, hoje, esta ideia de que a metáfora envolve uma única palavra usada não literalmente está, em regra, abandonada pelos estudiosos da metáfora, embora não em Educação, o que faz com que ilustres autores se refiram assim à metáfora;

g) a metáfora que apenas possui a intersecção, com elipse do comparado e do comparante: neste caso, só está expressa a intersecção. O comparado e o comparante estão em elipse. Chamar-lhe-emos metáfora do tipo I. No poema de Afonso Lopes Vieira, bastante representado em antologias escolares, *Dança do Vento*,²⁴ encontramos: “o vento é bom bailador / baila, baila e assobia”, etc. A primeira metáfora é do tipo AI atrás referido. Temos a elipse do comparante: *o vento* (A) [é um humano (B)] *bom bailador* (I). Temos, depois, sucessivas metáforas compostas apenas de formas verbais. Vejamos o caso de *baila* (I): a metáfora é: [o vento (A) é um humano (B) que] *baila*. Apenas a intersecção da metáfora está explícita. Os outros elementos têm de ser inferidos a partir do co-texto. Neste exemplo, não estão longe, mas não é rara a situação em que estão bastante afastados;

h) metáforas inferenciais ou metáforas inferidas. Há situações em que determinada metáfora não está expressa num texto mas é necessário pressupô-la para o compreender. Digamos que todo o texto repousa numa metáfora.

²⁴ In Afonso Lopes Vieira (1966). *Antologia Poética*. Escolha e comentário de Nuno de Sampaio. Lisboa: Guimarães Editores, pp. 35-36.

Para compreender o poema de Almeida Garrett *Rosa e Lírio*,²⁵ é necessário pressupor que {o amor é uma flor}.²⁶ Perseguindo esta metáfora da relação do amor com a flor e a jovem chegaríamos, pelo menos, a Ronsard. Digamos que todo o poema repousa sobre esta metáfora ou que todo o poema é esta metáfora. Este fenómeno é muito frequente, em particular na poesia lírica. Trata-se, portanto, de metáforas que existem na significação de um determinado texto mas que não têm expresso nem o comparado, nem o comparante, nem a intersecção enquanto constituintes da metáfora. Algumas das palavras que formam os constituintes da metáfora, de uma maneira geral, estão expressas nos textos mas não como constituintes da metáfora, podendo também nem sequer estar expressas. Este tipo de metáforas é muito raramente referido pelos teorizadores e quase nunca é tido em linha de conta nos seus trabalhos. Note-se que há uma tendência generalizada entre os estudiosos para considerar metáfora, em regra, um enunciado normalmente com as características da frase;

i) a metáfora, além de poder não estar explícita, pode estar contida num conjunto de frases. Quero eu com isto dizer que, por vezes, os constituintes da metáfora estão disseminados por mais do que uma frase. Repare-se no exemplo de António Nobre no soneto *Enterro de Ofélia*: “Morreu. Vai dormir, vai a sonhar...” Para compreender este enunciado, o leitor terá de construir a metáfora *morrer é dormir porque é sonhar* que tem *comparado* (*morrer*), *comparante* (*dormir*) e *intersecção* (*sonhar*). Não se trata de duas metáforas com o mesmo comparado (*morrer*) mas de uma única: *morrer* e *dormir* têm, nesta metáfora, a intersecção em *sonhar*. Em certos casos, o leitor só se apercebe da metáfora porque só mais adiante encontra um dos elementos que tornam o enunciado metafórico, normalmente o comparado. Não se trata de uma metáfora inferida porque ela está expressa, mas o receptor terá de a formar com elementos dispersos por mais do que uma frase. Repare-se no poema de Francisco de Vasconcelos *À Fragilidade da Vida Humana*, embora, no caso deste poema, o título já comece a prevenir o leitor que inicia a leitura do soneto que talvez não seja só do *baxel*, o barco, por exemplo, que o Poeta vai falar.

²⁵ Cf. *Obras de Almeida Garrett* (1966). Vol. II, Porto: Lello & Irmão, pp. 192-193.

²⁶ Representaremos estas metáforas, as inferidas, dentro de uma chaveta porque elas não estão expressas nos textos em que é necessário que o receptor as infira. Distinguiremos assim as metáforas inferidas (que representaremos entre chavetas) dos constituintes das metáforas não expressos em estrutura de superfície (que representaremos entre parêntesis recto).

Num texto, acontece com frequência que as metáforas não aparecem isoladas mas ligadas umas às outras.²⁷ Distinguiremos dois tipos de ligação de metáforas:

a) metáforas encadeadas. Consideraremos metáforas encadeadas aquelas que, não estando expressas, precisam de ser pressupostas²⁸ para que possamos compreender outras metáforas que estão expressas. São, portanto, uma variedade das metáforas inferidas, embora se distingam delas por este seu encadeamento com outra ou outras metáforas;

b) estando juntas ou próximas, as metáforas justapostas são aquelas que compartilham um mesmo constituinte, por exemplo o comparado. Exemplo: *o amor é uma fogo, é uma ferida*. O comparado da segunda metáfora, *é uma ferida*, é o mesmo da primeira, *o amor é um fogo: o amor*.

Resultados da investigação empírica

Portanto, há uma situação muito diversificada quanto ao tipo de metáforas com que podemos testar as crianças. Isso não tem sido tido em linha de conta nos estudos empíricos da compreensão metafórica.

A testagem dos diferentes tipos de metáforas, que identificámos, por alunos dos ensinos Básico e Secundário (Fonseca, E. 1994), mostra que: os estudantes dos anos de escolaridade mais recuados possuem uma efectiva competência metafórica que vai aumentando gradualmente até aos anos mais elevados da escolaridade, não atingindo os estudantes, no final do Ensino Secundário, uma compreensão de todas as metáforas contidas nos textos que lhes foram apresentados.

A compreensão metafórica está, ao longo de toda a escolaridade dos alunos, significativamente correlacionada com o desenvolvimento semântico dos

²⁷ As metáforas podem também aparecer associadas a outros fenómenos retóricos. Andrew Ortony (1985) defende que será essa a regra geral, sendo difícil encontrar *casos puros* de metáfora.

²⁸ O conceito de subtexto de Luria ajuda nesta situação. Luria (1987, especialmente nas pp. 195-197) utiliza o conceito de subtexto para identificar aquilo a que chama *sentido interno* de um texto e que no fundo é o enunciado das inferências que o receptor faz para compreender um texto. Neste caso, aplica este conceito ao estudo da compreensão de provérbios. É um conceito útil de que nos serviremos. René Jongen (1980) defende que a metáfora não é propriamente o enunciado metafórico mas o subtexto da metáfora como o entende Luria: “parler de métaphore en régime de dénomination doit dès lors être considéré comme un abus de langage, ou tout au moins un mode elliptique d’expression. [...] Ce qui est métaphorique cependant, ce n’est ni le mot ni le sémème, mais l’énoncé sous-jacent qui exprime la motivation inscrite dans le signe” (Jongen, R., 1980, p. 93).

estudantes, com o tipo da metáfora, isto é, a maior ou menor elipse ou redundância dos constituintes da metáfora, com o grau de dificuldade do texto em que a metáfora está integrada, com diversos hábitos de natureza cultural relacionados com a leitura, quando globalmente considerados, com a identificação da superestrutura do texto em que estão inseridas as metáforas. Não foi encontrada uma relação significativa entre a avaliação dos alunos quer em Língua Portuguesa ou Português, quer na globalidade das disciplinas e a sua capacidade de compreensão metafórica.

Referências

- ABRAHAM, W. (1975). *A Linguistic Approach to Metaphor*. Lisse, Holanda: Peter de Ridder.
- ANDERSON, C. C. (1964). The Psychology of the Metaphor. *The Journal of Genetic Psychology*, N.º 105, p. 53-73.
- ARISTOTE (1973). *Rhétorique*. Tome III. Texte Établi et Traduit par Médéric Dufour & A. Wartelle, Annoté par A. Wartelle. Paris: Les Belles Lettres.
- ARISTÓTELES (1986). *Poética*. Tradução, Prefácio, Introdução, Comentário e Apêndices de Eudoro de Sousa. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- ASCH, S. & Nerlove, H. (1960). The Development of Double Function Terms in Children: an Exploratory Investigation. In B. Kaplan & S. Wapner (eds.) *Perspectives in Psychological Theory: Essays in Honor of Heinz Werner*. Nova Iorque: International U. P., p. 47-60.
- BEARDSLEY, M. C. (1967). Metaphor. In P. Edwards (ed.) *Encyclopedia of Philosophy*, Vol. 5, Nova Iorque: MacMillan, p. 284-288.
- BILLOW, R. (1975). A Cognitive Developmental Study of Metaphor Comprehension. *Developmental Psychology*, N.º 11, p. 415-423.
- BILLOW, R. M. (1977). Metaphor: a Review of the Psychological Literature. *Psychological Bulletin*, Vol. 84, N.º 1, p. 81-92.
- BILLOW, R. M. (1981). Observing Spontaneous Metaphor in Children. *Journal of Experimental Child Psychology*, N.º 31, p. 430-445.
- BLACK, M. (1962). *Models and Metaphors: Studies in Language and Philosophy*. Ithaca: Cornell University Press.
- BLACK, M. (1979a). More about Metaphor. In Ortony, A. (ed.) (1979). *Metaphor*

and Thought, p. 19-43.

- BLACK, M. (1979b). How Metaphors Work: a Reply to Donald Davidson. In SACKS, S. (ed.) (1979). *On Metaphor*. Chicago: The University of Chicago Press. Ed. ut.: Sacks, S. (org.) (1992). *Da Metáfora*. Tradução. S. Paulo: EDUC/Pontes, p. 181-192.
- BLUMENBERG, H. (1960). Paradigmen zu einer Metaphorologie. *Archiv für Begriffsgeschichte*, Vol. 6, p. 5-142.
- BOUCHARLAT, A. (1975). *Le Commencement de la Sagesse. Les Devinettes au Rwanda*. Paris: Selaf.
- BOUVEROT, D. (1969). Comparaison et Métaphore. *Le Français Moderne*, p. 132-147 e 224-238.
- BRODERICK, V. (1992). Incidence of Verbal Comparisons in Beginner's Books and in Metaphor Comprehension Research: a Search for Ecological Validity. *Journal of Child Language*, Vol. 19, p. 183-193.
- BROWN, S. C. (1992). I. A. Richard's New Rhetoric: Multiplicity, Instrument, and Metaphor. *Rhetoric Review*, Vol. 10, N.º 2, p. 218-231.
- COMETA, M. S. & Eson, M. E. (1978). Logical Operations and Metaphor Interpretations: a Piagetian Model. *Child Development*, N.º 49, p. 649-659.
- DUBOIS, J., Edeline, F., Klinkenberg, J. M., Minguet, P., Pire, F., Trignon, H. (1970). *Rhétorique Générale*. Paris: Larousse. Ed. ut.: Dubois, J. *et alii* (1974). *Retórica Geral*. Tradução. São Paulo: Cultrix.
- ECO, U. (1983). The Scandal of Metaphor. *Poetics Today*, Vol. 4, N.º 2:2, p. 217-257.
- FONSECA, E. (1994). A Compreensão de Alguns Tipos de Metáfora por Alunos dos Ensinos Básico e Secundário. *Tese de Doutorado não publicada*. Braga: U. do Minho.
- FONTANIER, P. (1830). *Les Figures du Discours*. Paris. Ed. ut.: (1968). *Les Figures du Discours*. Introduction par G. Genette. Paris: Flammarion.
- GARDNER, H. (1974). Metaphors and Modalities: How Children Project Polar Adjectives onto diverse Domains. *Child Development*, N.º 45, p. 84-91.
- GENETTE, G. (1970). La Rhétorique Restreinte. *Communications*, N.º 16, p. 158-171.
- GIBBS, R. W. (1992). When is Metaphor? The Idea of Understanding in Theories of Metaphor. *Poetics Today*, Vol. 13, N.º 4, p. 575-606.
- GILOT, M. (1988). Comique et Jeu Métaphorique. *Cahier du Groupe de Recherches sur la Philosophie et le Langage*, N.º 9, p. 304-315.
- GORDON, P. (1990). The Enigma of Aristotelian Metaphor: a Deconstructive Analysis. *Metaphor and Symbolic Activity*, Vol. 5, N.º 2, p. 83-90.

- GUERN, M. Le (1973). *Sémantique de la Métaphore et de la Métonymie*. Paris: Larousse. Ed. ut.: (1974). *Semântica da Metáfora e da Metonímia*. Tradução. Introdução de M. Vilela. Porto: Telos.
- JAKOBSON, R. (1956). Deux Aspects du Langage et deux Types d'Aphasie. In Jakobson, R. & Halle, M. *Fundamentals of Language* La Haye: Mouton. Ed. ut.: (1963). *Éssais de Linguistique Générale*. Tradução. Paris: Minuit, Col. Points, p. 43-67.
- JONGEN, R. (dir.) (1980). *La Métaphore. Approche Pluridisciplinaire*. Bruxelas: Facultés Universitaires Saint-Louis.
- LAKOFF, G. & Johnson, M. (1980). *Metaphors we Live by*. Chicago: University of Chicago Press.
- LAKOFF, G. (1985). Metaphor, Folk Theories, and the Possibilities of Dialogue. In DASCAL, M. (ed.) (1985). *Dialogue: an Interdisciplinary Approach*. Amsterdão: John Benjamins Publishing Company, p. 57-72.
- LAUSBERG, H. (1967). *Elemente der Literarischen Rhetorik*. München: Max Hueber Verlag. Ed. ut.: (1972). *Elementos de Retórica Literária*. 2.^a ed. Tradução. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LURIA, A. R. (1987). *Pensamento e Linguagem: as Últimas conferências de Luria*. Tradução. Porto Alegre: Artes Médicas.
- MAN, P. de (1985). Anthropomorphisme et Trope dans la Poésie Lyrique. *Poétique*, N.º 62, p. 131-145.
- MOLINO, J., Soublin, F. & Tamine, J. (1979a). La Métaphore. *Langages*, N.º 54, juin, 1979.
- MOLINO, J., Soublin, F. & Tamine, J. (1979b). Présentation: Problèmes de la Métaphore. In J. Molino et alii (1979a), p. 5-40.
- MORIER, H. (1981). *Dictionnaire de Poétique et de Rhétorique*. 3.^a ed. Paris: Presses Universitaires de France.
- ORTONY, A. (1979). Metaphor: a Multidimensional Problem. In Ortony, A. (ed.) (1979). *Metaphor and Thought*, p. 1-16.
- ORTONY, A. (1985). Theoretical and Methodological Issues in the Empirical Study of Metaphor. In C. R. Cooper (ed.). *Researching Response to Literature and Teaching of Literature*. New Jersey: Ablex P. C., p. 151-168.
- POLLIO, M. R. & Pollio, H. R. (1974). The Development of Figurative Language in Children. *Journal of Psycholinguistic Research*, Vol 3, N.º 3, p. 185-201.
- RICHARDS, I. A. (1929). *Practical Criticism. A Study of Literary Judgement*. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- RICHARDS, I. A. (1936). *The Philosophy of Rhetoric*. Oxford: Oxford U. P. Ed. ut.:

- Richards, I. A. (1965). *The Philosophy of Rhetoric*. Oxford: Oxford U. P. paperback.
- RICOEUR, P. (1975). *La Métaphore Vive*. Paris: Éditions du Seuil. Ed. ut.: Ricoeur, P. (1983). *A Metáfora Viva*. Tradução. Porto: Rés Editora.
- RODRIGO, P. (1988). L'Euphorie de la Langue - sur le Statut Aristotélicien de la Métaphore. *Cahier du Groupe de Recherches sur la Philosophie et le Langage*, N.º 9, p. 73-90.
- SAROT, R.-A. (1973). Dénotation, Connotation, Métaphore: Interprétation Linguistique. *Revista Española de Lingüística*, Año 3, Fasc. 2, Julio-Diciembre, p. 323-331.
- SEARLE, J. R. (1979). Metaphor. In Ortony, A. (ed.) (1979). *Metaphor and Thought*, p. 92-123.
- SHIBLES, W. (1971). *Metaphor: an Annotated Bibliography and History*. Whitewater, Wi.: The Language Press.
- SMITH, F. (1985). A Metaphor for Literacy: Creating Worlds or Shunting Information? In David R. Olson, N. Torrance, & A. Hildyard (eds.) *Literacy, Language, and Learning*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 195-213.
- VOSNIADOU, S. (1987). Children and Metaphors. *Child Development*, Vol. 58, p. 870-885.
- WEINRICH, H. (1976). *Sprache in Texten*. Stuttgart: Ernst Klett. Ed. ut.: Weinrich, H. (1981). *Lenguaje en Textos*. Tradução. Madrid: Gredos.
- WINNER, E. (1988). *The Point of Words: Children's Understanding of Metaphor and Irony*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- WITTGENSTEIN, L. (1958). *Philosophische Untersuchungen*. Londres: Basil Blackwell. Ed. ut.: Wittgenstein, L. (1987). *Tratado Lógico-Filosófico; Investigações Filosóficas*. Tradução. Lisboa: Gulbenkian.